



Servidores

na Luta

Av. Campos Sales, 106 | Vila Nova | Santos | CEP:11013.401
☎ 13. 3228.7400 ✉ sind_serv@uol.com.br
🌐 www.sindservsantos.org.br 📱 /SindservSantos

Agosto de 2015 | Nº 84

FECHAMENTO AUTORIZADO. PODE SER ABERTO PELA E.C.T.

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SANTOS

BANCO DE HORAS e TERCEIRIZAÇÃO são parte da mesma MANOBRA!

Além de insistir na entrega de serviços públicos para as Organizações Sociais, o governo **Paulo Alexandre Barbosa** lança mais um grande ataque aos servidores públicos municipais. Por meio do Decreto 7.169, o prefeito pretende limitar o número de *Horas Extras* e institucionalizar o famigerado *Banco de Horas*.

O governo quer que o

trabalho extraordinário seja de no máximo 60 horas mensais, entretanto só quer pagar 40. Isso mesmo, Paulo Alexandre pretende que trabalhemos 20 horas mensais em troca de folga, sem receber o salário correspondente ao período trabalhado. Economia para o governo e precarização para os trabalhadores, esta tem sido a lógica deste governo



e é para aprofundar ainda mais essa "filosofia" que vem as terceirizações e o *Banco de Horas*.

Essa é mais uma metodologia da iniciativa privada que o governo PSDB quer impor ao funcionalismo. Vale lembrar que é raríssimo ter *Banco de Horas* no serviço público no Brasil. E não podemos nos enganar: Tanto a ladainha das Metas quanto a terceirização e o *Banco de Horas* (usados em larga escala nas empresas privadas) são apenas formas modernas para explorar ainda

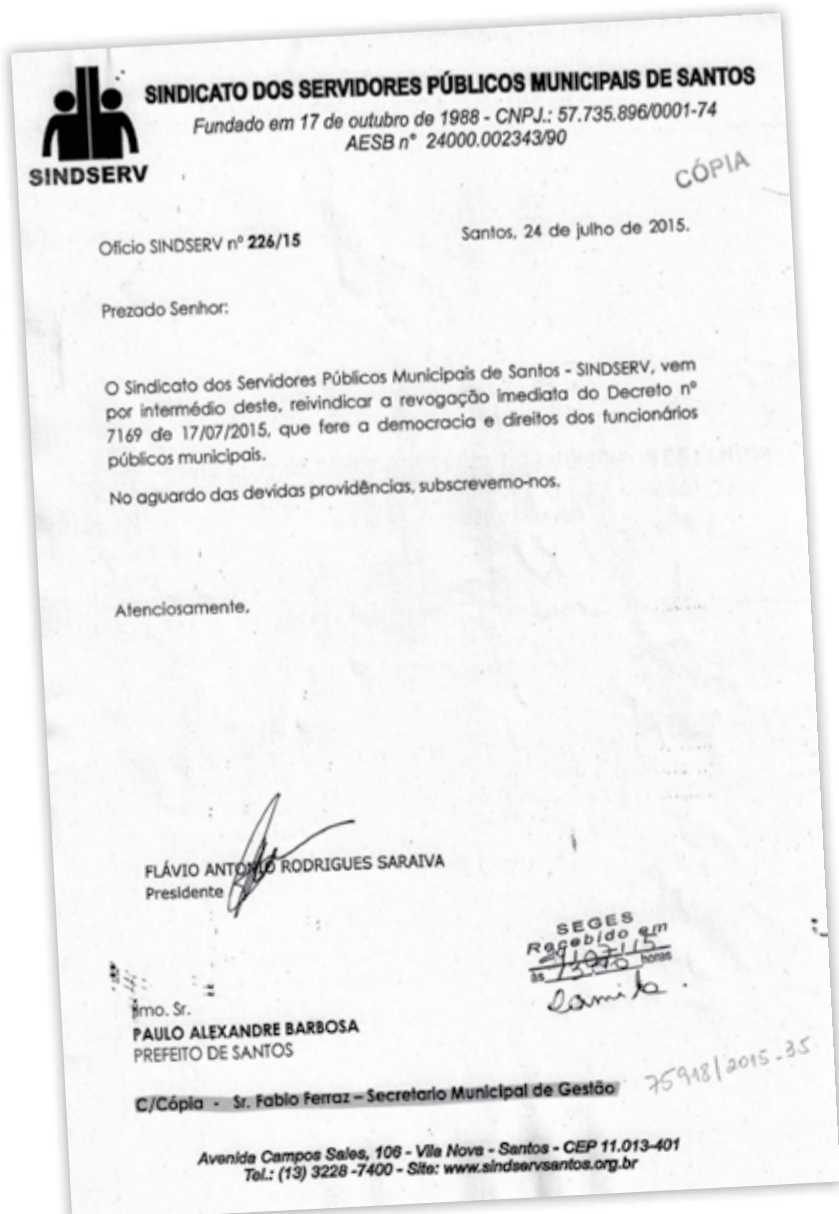
mais o trabalhador.

Além de representar um grande ataque aos direitos dos servidores, o Decreto É ILEGAL! Isso porque, o *Estatuto dos Servidores* não prevê a possibilidade de compensação de horas e Decreto não pode criar ou retirar direitos, somente uma Lei Específica. Ou seja, o Decreto é ilegal, pois retira direito dos servidores ao limitar o número de *Horas Extras* e tentar dar calote com o *Banco de Horas*.

O SINDSERV é contrário

a medida e já solicitou a imediata revogação do referido Decreto. Porém, não será esse ofício do sindicato e nem mesmo a ilegalidade flagrante da forma como o processo foi feito que irão revertê-lo, **somente a categoria disposta a resistir conseguirá BARRAR mais esse ATAQUE!** Fique atento, em breve o SINDSERV fará o chamado. PARTICIPE, sem você fica mais difícil!

SÓ A LUTA MUDA A VIDA!





Definida a OS que vai lucrar na UPA Central

O processo de terceirização da UPA Central (que irá substituir o PS Central) só teve uma Organização Social (OS) como participante da concorrência. A abertura dos envelopes ocorreu no dia 13/07 e apenas a **Fundação do ABC** apresentou proposta técnica dentro do prazo exigido pelo edital. Parece piada, mas segundo as normas da *Lei de Publicização*, aprovada na Câmara dos Vereadores, somente a própria Fundação do ABC poderia entrar com recurso contra ela mesma.

De 0 a 100, a "Comissão de Seleção" deu nota 58 para a Fundação, pouquíssimo acima da nota mínima exigida (54). Se os membros da tal Comissão fossem um pouco mais "anteados" no noticiário nacional, a Fundação receberia ZERO. Isso porque a OS tem uma longa **FICHA SUJA** na praça.

Para começar, **Assembleia Legislativa de SP teve que abrir uma Frente Parlamentar para investi-**

gar essa OS. A Frente pretende passar um pente fino em todos os contratos da fundação e cobrar o retorno do dinheiro público por meio do atendimento à população nas cidades onde a OS presta serviços, como: Mauá, Santo André, São Bernardo, São Caetano, Praia Grande, Franco da Rocha e Caieiras.

A Fundação do ABC já tem **ficha corrida até mesmo aqui na região.** O Tribunal de Contas de SP julgou irregular o contrato firmado para a terceirização do **PS do Boqueirão** (Praia Grande). A decisão, de 14 de outubro de 2014, é referente ao convênio firmado em 21 de março de 2011. Na época, a Fundação do ABC já era contratada para gerir o **Hospital Municipal Irmã Dulce**. A nova atribuição lhe rendeu mais R\$ 45.252.000,00 por 36 meses de serviços.

Os fiscais do TCE apontaram diversas falhas no contrato. Dentre elas, o fato de não haver sequer dados estimativos de atendimentos e procedimentos a serem realizados no **PS**



Central (Boqueirão), que servissem para dimensionar os custos/despesas e, a partir daí, definir o valor a ser transferido.

Aqui no litoral a Fundação está presente desde 2008, quando assumiu a gestão do Hospital Municipal Irmã Dulce. O mais "irônico" é

que o **ex-presidente e vice-presidente da instituição, Francisco Jaimez Gago, virou secretário de Saúde de Praia Grande** e se mantém na pasta até hoje.

Tanto o titular da pasta quanto a OS se mantêm intocáveis na administração de Alberto Mourão (PSDB), a despeito, inclusive, de escândalos que repercutiram na mídia envolvendo diversas irregularidades. Um exemplo é o caso dos mamógrafos novos que ficaram encalhados por seis anos no Ambulatório de Médico de Especialidades (AME), enquanto mais de 3 mil mulheres aguardavam mais de 8 meses na fila da mamografia.

Mesmo sendo alvo de três inquéritos civis comandados pelo Ministério Público Estadual de Praia Grande e diversos inquéritos em outras cidades paulistas, a Fundação do ABC cresce como fenôme-

no empresarial no ramo da saúde. Cresce e transita em governos das mais diversas siglas partidárias. Segundo reportagem do Diário do Grande ABC, o poderio da entidade em termos numéricos é impressionante. **Dos R\$ 155,5 milhões recebidos só em 2015**, R\$ 39,9 milhões vêm do governo de Santo André (PT), R\$ 84,6 milhões vêm de São Bernardo (PT) e R\$ 34,6 milhões de São Caetano (PMDB).

Em **Peruibe** o contrato dessa fundação com a Prefeitura também foi julgado como irregular, em **Santo André** o TCE reprovou as contas dessa OS, em Bertioga os médicos ficaram sem receber, em **Osasco** a população ficou sem atendimento, em **São Bernardo** o TCE também viu problemas na gestão por conta da quarteirização de serviços dentro do Hospital Municipal, **e por assim vai, a ficha é longa. Só a tal Comissão de Seleção do prefeito não vê.**

Como ficam os servidores do PS Central?!?

Os trabalhadores do PS Central terão que escolher entre entregar o seu posto de trabalho e ir trabalhar onde a Prefeitura escolher (o que significa: perda de planos, fim da possibilidade de manter outros vínculos trabalhistas, desorganização das vidas pessoais, perdas de adicionais que compensam os baixos salários etc) ou se submeter às ordens

da OS. Ou seja, os servidores que passaram por concurso público terão agora um patrão que chegará para impor metas inalcançáveis (como já acontece em OSs na capital de SP), aplicando como "estímulo" o assédio moral em larga escala.

A longo prazo, o prejuízo também não é pouco: Com a entrada cada vez maior das OSs prestando serviço pú-

blico, os Concursos Públicos vão ser mais raros do que já são atualmente. Por consequência, a CAPEP e o IPREV irão à bancarrota. Será inevitável, não tem como fugir dessa realidade, pois quem equilibra as contas dessas duas autarquias que cuidam da saúde e da aposentadoria dos servidores são as contribuições dos que estão na ativa.



Trabalhadores denunciam leilão do PS Central!

A abertura dos envelopes com as propostas (indecenas) das Organizações Sociais que disputam a gestão da nova UPA Central no dia 13/07 não passou em branco como tanto queria a Prefeitura (tal evento, de suma importância para a vida de todos os santistas, foi divulgado apenas no Diário Oficial em letras miúdas).

Servidores e munícipes foram até a porta do "leilão" protestar contra tal iniciativa que visa, única e exclusivamente, a transferência direta de dinheiro público para empresas privadas (sem licitações, fiscalização, ou qualquer outro controle).

A Prefeitura e o chefe da Guarda Municipal chamaram a Polícia Militar para o ato na tentativa de, com toda a truculência necessá-



Agressão e truculência, é assim que a Prefeitura trata quem é contra as terceirizações

ria, calar qualquer voz que fosse contra a terceirização da saúde da cidade.

Voz de prisão para diretores do sindicato e participantes do ato, empurrões, tentativa de fechar as faixas para a população não saber o que estava acontecendo e intimi-

dação para que ninguém filmasse as agressões, de nada adiantaram: Os manifestantes continuaram firmes na porta do prédio do Banco do Brasil, onde ocorria o "leilão", gritando em alto e bom som "Saúde SIM! OS NÃO!".

Após o tumulto, servido-



Trabalhadores decidiram continuar a resistência contra a terceirização

res do PS Central (que será substituído pela UPA Central), trabalhadores da Secretaria de Saúde e demais Secretarias que funcionam no prédio permaneceram na porta sem subir, apesar das intimidações dos chefes. Os funcionários públicos fizeram uma assem-

bleia onde decidiram:

-Continuar a resistência contra a terceirização dos serviços públicos;

-Protocolar mais uma vez a decisão dos servidores contrária ao processo em curso e pedido de reunião com o prefeito.

Mobilização garantiu Recesso e Concurso de Promoção

Após luta dos professores e SINDSERV, finalmente saiu o Concurso de Promoção dos Professores Adjuntos. Foi publicado no dia 21/07 no Diário Oficial o Edital do concurso interno. Lamentavelmente foram disponibilizadas poucas vagas tendo em vista a enorme vacância de cargos do magistério (o que compromete diretamente as condições de trabalho dos profissionais). Por conta disso, o SINDSERV já protocolou um pedido para a retificação do Edital ampliando o número de vagas oferecidas "até o limite dos cargos vagos na carreira".

A pressão dos funcionários de escolas também surtiu efeito. A Seduc garantiu que, esse ano, o Recesso Escolar para todos os trabalhadores das unidades de ensino. Conquista parcial, já que os servidores reivindicam que o Recesso seja estabelecido em Lei (para não depender todo ano da boa vontade do chefe da pasta). "Parcial" também

porque o Recesso não é estendido como o dos professores, mesmo tendo muitas funções que só fazem sentido quando tem aula efetivamente.

Nem tudo são flores

Já a reivindicação por Fixação/Remoção de sede dos funcionários (fora do quadro do Magistério), a Secretária respondeu que o pleito seja encaminhado "à Secretaria de Gestão pela competência". O sindicato já protocolou essa reivindicação na Seges solicitando reunião.

Em outro ofício de resposta, a Seduc diz que "providência, automaticamente, a abertura de nomeação/contratação, quando da necessidade de reposição de cargos por vacância". Embora, após os atos dos educadores, a Secretaria realmente tenha realizado nomeações/contratações, ainda é muito aquém do necessário, causando grande prejuízo aos professores e funcionários



Pressão dos educadores na Seduc

em relação às condições de trabalho e comprometendo a qualidade da Educação da cidade. No mesmo ofício a Seduc promete abrir novo Concurso Público tão logo acabe a vigência do Concurso de 2011. Mas para isso ocorrer, o governo terá que fazer as promoções para que se tenham cargos vagos para disponibilizar aos Professores Adjuntos.

Já a reivindicação de que

a Educação Integral seja realizada por profissionais de carreira, a Seduc disse NÃO. Em seu texto de resposta, defendeu que o contra turno seja realmente exercido por "voluntários". Em nenhum momento do texto que fundamenta tal opinião é citado que a intenção da Prefeitura é de entregar toda a gestão do Projeto Escola Total para uma empresa privada, disfarçada de Organização Social.

Pelo contrário, o documento exalta exatamente o fato de que nas seis Unidades Municipais de Educação de Período Integral implantadas nesse ano, todas as ações desenvolvidas no horário ampliado ficam sob coordenação da equipe gestora da escola, "fortalecendo a integração e a possibilidade de uma total inclusão das propostas complementares ao Projeto Político Pedagógico da Escola".

Diferente do que é romaneado nos argumentos da Seduc, a relação de trabalho no Escola Total é altamente precarizada, onde trabalhadores são obrigados a assinar enquanto voluntários para receber um mísero salário mínimo. Esse laboratório da Prefeitura de terceirização de trabalhadores na Educação irá piorar consideravelmente com a entrada dos empresários (donos das OSs) dispostos a lucrar em cima dos atuais "voluntários".

SÓ A LUTA MUDA A VIDA!

Fotos: Alcione Herzog

Servidores denunciam agressões



Mais um episódio lamentável da relação do Sindest com os servidores municipais de Santos. Servidores abriram uma página no Facebook (www.facebook.com/SindestDevolveMeuDinheiro) para denunciar as agressões que sofreram dos diretores do Sindest. O grupo teria ido à sede do "sindicato" no dia 15/04 com o intuito de protocolar abaixo-assinado pedindo a devolução do Imposto Sindical.

Sem nenhuma explicação plausível, os diretores do tal sindicato começaram a insultar os trabalhadores,

exigindo que os mesmos se retirassem da sede. A truculência foi aumentando até chegar ao ponto de agressões a uma servidora que tentava filmar com o celular o completo desrespeito com que os diretores estavam tratando os trabalhadores.

O vídeo causou revolta na internet, a servidora foi agredida e arrastada a força para fora da sede. Depois disso, todos os servidores foram expulsos do local aos empurrões. Outro colega foi agredido na rua e teve sua camisa rasgada. O grupo solicitou a presença

da polícia militar e foi diretamente para a delegacia fazer Boletim de Ocorrência.

O SINDSERV SANTOS lamenta profundamente tal ocorrido. Durante assembleia realizada no dia 9/04, a entidade tomou conhecimento das iniciativas dos trabalhadores de diversas unidades que estavam se organizando para pedir a devolução do Imposto Sindical. Para evitar qualquer tipo de acirramento dos ânimos e garantir a integridade física dos servidores, o SINDSERV achou por bem não participar da

Coordenador da Garagem tenta in



Teto do vestiário gotejando ininterruptamente



Piso dos vestiários alagado

As péssimas condições de trabalho nas unidades da Prefeitura são objeto de constantes denúncias por parte do SINDSERV. A fiscalização *in loco* dessas condições é uma das inúmeras obrigações dos diretores de qualquer sindicato minimamente honesto.

Não cabe a nenhum coordenador, diretor, chefe, ou qualquer outro cargo de chefia, permitir ou não tal fiscalização, sendo tal atividade um direito conquistado dos trabalhadores.

“Tu não vai tirar foto aqui!”

No entanto, no dia 15/06 o coordenador da Garagem (R. Júlio Conceição, 02), An-

tonio Carlos Prado que também é diretor do Sindest, tentou impedir o trabalho de inspeção e registro da vergonhosa estrutura do local.



Água por todos os lados

Eleições de diretores do Sindest

empreitada. Mesmo assim, infelizmente, o desespero de quem não quer largar o osso e a total falta de capacidade de diálogo falaram mais alto.

SINDSERV devolveu o Imposto Sindical para os Celetistas

Diferente desses pseudo-sindicalista, o SINDSERV garantiu a devolução do Imposto Sindical aos servidores que trabalham sob o regime da CLT, sócios e não sócios do SINDSERV. Ao total, foram devolvidos R\$ 8.203,57, para 225

funcionários públicos que foram até a sede do sindicato nas datas amplamente divulgadas na categoria.

Infelizmente, o sindicato dos servidores não pôde devolver nada para os estatutários, pois todo esse dinheiro foi depositado na conta do "sindicato-amigo-do-prefeito".

O SINDSERV devolve o dinheiro que é retirado positivamente dos trabalhadores e lhe é repassado porque acredita que a contribuição dos trabalhadores tem que ser feita de forma voluntária e não imposta.



Impedir fiscalização do sindicato



Espaço de lavagem da frota fica com água acumulada



Equipamentos e materiais de descarte entulhados

A prática anti-sindical do coordenador que tenta a todo custo blindar a Prefeitura é a síntese exata do que é o Sindest: Além de não denunciar as más condições de trabalho para não se indispor com a administração municipal, faz de tudo para não deixar que outros servidores e os legítimos representantes da categoria o façam.

"Se eu quisesse fazer sacanagem, ele [servidor que denunciou] não tava mais aqui", ameaçou o coordenador, citando inclusive o nome do servidor em que acredita ser o denunciante.

"Não vai fazer escarcéu"

Vamos fazer "escarcéu" SIM, coordenador! Enquanto as condições de traba-

lho na Garagem continuarem execráveis, faremos barulho! Não nos calaremos e não deixaremos de denunciar, seja na Garagem ou em qualquer outra unidade da Prefeitura!

O SINDSERV pede providências para a Prefeitura desde o começo do ano. Como nada foi feito, cabe ao sindicato fazer o que achar necessário para que essa situação mude, independente das vontades de coordenador ou qualquer outro cargo de chefia.

Vale lembrar que o processo interno da Prefeitura referente à reforma da unidade ficou **PARADO POR 8 MESES** (de 27/08/14 até 28/04/15) e só voltou a andar depois que o SINDSERV denunciou o fato no dia 20 de março desse ano.



Fiação elétrica fica pendurada nos banheiros

DENUNCIE

Seu local de trabalho também não está nada saudável para que você exerça sua atividade diária? Denuncie para o sindicato por telefone 3228-7400 ou pelo site www.sindservsantos.org.br (de ambas as formas a denúncia pode ser feita anonimamente).

A Reclassificação dos Administrativos e o golpe contra o conjunto da categoria

Um dos objetivos estratégicos de todo patrão ou empregador é ter o sindicato dos trabalhadores na mão. Em qualquer categoria é assim. Um sindicato que não se propõe a organizar a categoria para enfrentar o patrão de igual para igual torna-se o principal instrumento de economia de milhões para esse patrão, e de aprofundamento da exploração do conjunto dos funcionários.

Se o sindicato for amigo-do-patrão (em nosso caso amigo-do-prefeito) e não apoiar a mobilização dos trabalhadores para lutar por melhores salários, quantos milhões um patrão economizaria não reajustando os salá-



rios ou concedendo reajustes salariais rebaixados?

Quanto economiza impondo aposentadorias minúsculas e/ou desviando dinheiro de aposentadorias (como já acontece em dezenas de municípios)? Quanto economiza não investindo na saúde e na melhoria das con-

dições de trabalho dos funcionários? E se puder terceirizar os serviços e destruir o plano de carreira de seus funcionários, quanto economiza?

Lembremos da negociação salarial no primeiro ano de gestão do Paulo Alexandre: Se não houvesse mobilização da categoria (como ocorreu

durante os governos do Beto Mansur, quando havia dois sindicatos pelegos) quantos milhões Paulo Alexandre teria economizado nesse tempo de governo?

Vale lembrar essas coisas porque é necessário abrir os olhos para uma novidade em andamento.

Primeiro foi com os enfermeiros

Um pequeno grupo de enfermeiros (não mais que 8 pessoas) desde a eleição de Paulo Alexandre pleiteava reclassificação salarial em reuniões com representantes do prefeito. Vale frisar que o reajuste dos enfermeiros era necessário, pois há uma defasagem dos salários do

nível "P" e dos demais níveis, mas interessava principalmente ao prefeito já que ele pretende terceirizar (para as OSs) os pronto-socorros e hospitais municipais. Para isso, precisava eliminar resistências à terceirização dentro das equipes de enfermagem. Para tanto, o governo fez uma manobra: rebaixando o pleito inicial, cria mais um nível (S) e insere um novo valor para o nível Q.

Ao final das negociações com os enfermeiros, o grupo foi orientado pela administração a incluir o sindicato-amigo-do-prefeito nas últimas discussões e na "foto da conquista". Por que Paulo Alexandre deu essa orientação?

Agora a "orientação" se repetiu com a comissão dos administrativos

Um grupo de administrativos tem tentado a reclassificação salarial em reuniões com o secretário de gestão. Alguns componentes desse grupo ocupam cargo de chefia, não participam da mobilização pela reclassificação organizada pela categoria junto ao SINDSERV, e guardaram a sete chaves o conteúdo das conversas com o secretário de gestão.

Recentemente, assim como ocorreu com os enfermeiros, o outro sindicato foi convocado pela própria administração para participar de uma reunião ocorrida no

gabinete do secretário de gestão, entre a comissão e o gabinete do referido secretário. Interessante é que a tal comissão, que não queria saber de nenhum sindicato na conversa, agora abraçou o sindicato-amigo-do-prefeito.

Passados alguns dias, o sindicato-amigo-do-prefeito soltou convocação de assembleia para pautar a minuta de um Projeto de Lei que reclassifica parte dos administrativos e enxerta um "novo" Plano de Carreira com sérios problemas para a própria categoria, ampliando ainda mais os competes

e amarrando os servidores à "vontade" do prefeito de plantão para ascensão na carreira.

OLHOS ABERTOS

Está em andamento uma operação planejada no gabinete do prefeito, em parceria com o sindicato-amigo, que visa os seguintes objetivos.

Convencer a categoria que mobilização não resolve nada, que mobilização é coisa de gente intransigente e radical. Convencer que o bom senso é reunir meia dúzia de funcionários munidos de bons argumentos ou

dispostos a fazer campanha para determinados políticos, acompanhados do sindicato amigável, e todos irmanados sensibilizarem o prefeito;

Convencer a categoria de que não há necessidade dela exercer participação ativa, e muito menos pressionar a administração. Ela deve ser somente um grupo de espectadores, crentes em "sindicato amigável" e na sensibilidade do prefeito de plantão, imensamente agradecidos a comissões de funcionários e ao prefeito bacana quando este liberar

qualquer migalha;

Mostrar aos servidores que eles devem ser representados por um "sindicato mansinho e dialogador", que apoia e é apoiado por alguns vereadores, que não denuncia os desmandos do prefeito, que faz reuniões a portas fechadas com a administração e assim consegue que o prefeito faça concessões a grupos de funcionários;

Criar a falsa expectativa de que todos os servidores terão reclassificação salarial, e outros tantos benefícios, se recorrerem sempre ao sindicato-amigo-do-prefeito.

O que o "sindicalismo manso" e as "comissões prodígios" de funcionários nunca fizeram

Se uma parte da categoria não tivesse se mobilizado todos os anos, nos últimos 10 anos, não teríamos sequer a reposição da inflação nas campanhas salariais;

Se a categoria não tivesse se mobilizado, hoje não

teríamos plano de carreira, e sim o "estatuto da escravidão" que o Papa queria implantar (plano de carreira pago, criado pela Fundação Getúlio Vargas);

Se o um grupo de aposentados, junto com o SINDSERV,

não tivesse se mobilizado para tirar o Mota da CAPEP-Saúde, hoje ela estaria fechada e os servidores estariam ampliando a lotação dos pronto socorros;

Se não houvesse mobilização da categoria, no

primeiro ano do Paulo Alexandre teríamos perdido mais uma parte do salário e, provavelmente, nos anos seguintes também teríamos mais perdas;

Se um pequeno grupo da categoria não tivesse se mexi-

do, o Paulo Alexandre e a subserviente Câmara de Vereadores teriam aprovado a Lei das OSs na calada da noite, ninguém ficaria sabendo, e a entrega dos serviços públicos para as empresas seria muito mais tranquila.

CATEGORIA EXPECTADORA E SINDICALISMO MANSO É A FORMULA DA MANIPULAÇÃO E DO ACENO PARA O FRACASSO DA CARREIRA, DAS APOSENTADORIAS E DA SAÚDE DOS SERVIDORES!

Vitória nas incorporações!

O vereador Benedito Furtado amargou uma grande derrota na sua incansável tentativa de atacar um direito dos funcionários públicos: As incorporações de chefias (Funções Gratificadas e Cargos Comissionados).

No dia 10/06 foi julgada no Tribunal da Justiça de SP a Ação movida pelo vereador contra os servidores e foi considerada **IMPROCEDENTE** sobre o questionamento de ser 20% por ano e não 10%.

"Se a própria Constituição estabelece, para os servidores estaduais, a mesma vantagem à proporção de 10% ao ano, afigurar-se inconcebível limitar o Município à mera reprodução do mesmo índice. Isso seria ignorar a posição de ente federativo dotado de autonomia que a Constituição Federal lhe conferiu", relata o Acórdão do julgamento.

E continua: "Entendo (...) que não há nada que justifique afirmar que o critério



de incorporação adotado pela lei de Santos - 20% por ano - seja inadequado ou desproporcional às mencionadas finalidades da norma legal. Desproporcional seria, por exemplo, a incorporação integral em apenas um ou dois anos de

exercício em função ou cargo de remuneração. A incorporação integral depois de cinco anos de tal exercício reitera-se, 20% ao ano não revela desvirtuamento. Trata-se de lapso de tempo considerável, a justificar a incorporação integral

propiciadora da busca estabilidade financeira do servidor. (...) Anote-se que a incorporação à proporção de um quinto ao ano não é incomum no ordenamento jurídico brasileiro".

Na prática, nada irá mudar no cotidiano dos servidores já que a única parte do processo que a Justiça entendeu como procedente é a inconstitucionalidade do Artigo 73 (4º parágrafo) da Lei Orgânica do Município de Santos referente ao texto "a qualquer título", o que daria margem para o desvio de função. Essa brecha para burlar o concurso público nunca foi praticada pela Prefeitura de Santos. Ou seja, o texto será alterado, mas nada mudará de fato para os trabalhadores.

O Procurador Geral de Justiça de SP ainda poderá entrar com recurso no próprio TJSP e, caso os trabalhadores consigam nova vitória, ainda poderá recorrer para o Supremo Tribunal da Justiça em Brasília.

Entenda o caso

Desde 2012 o vereador Benedito Furtado tenta retirar esse mesmo direito dos servidores. Em outubro daquele ano, com as mesmas argumentações, o ex-sindicalista apresentou na Câmara dos Vereadores uma proposta de emenda à Lei Orgânica do Município retirando o benefício.

Assim como essa apresentação ao MP, o Projeto de Lei de 2012 não foi discutido com os funcionários públicos ou com o sindicato. Entretanto, o SINDSERV ficou sabendo e mobilizou os servidores que foram protestar na sessão do Legislativo. Fruto dessa mobilização, Furtado teve que retirar o Projeto de Lei que acabou sendo arquivado.

Mesmo derrotado, Furtado não se furtou de tentar mais uma vez atacar o direito dos servidores e entrou com essa Ação Direta de Inconstitucionalidade no final de 2014.

Aposentadorias e pensões em risco

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA (IPREV-SANTOS) SOLICITA REPASSES E GOVERNO DIZ QUE NÃO TEM DINHEIRO

Na última reunião do Conselho de Administração do IPREV, fomos surpreendidos por uma proposta incomum e perigosa apresentada pelo Sr. Jorge Manoel (Presidente do Iprev). Com base na posição do Secretário de Finanças de que a prefeitura de Santos está passando por dificuldades financeiras para cumprir seus compromissos e realizar os repasses solicitados pelo IPREV, o presidente da autarquia sugeriu que utilizássemos a "poupança" do Instituto (taxa de administração) para custearmos os pagamentos de parte dos aposentados e pensionistas. Segundo ele, o instituto celebraria um acordo com a prefeitura onde a mesma confessaria a dívida e se comprometeria a fazer os repasses em um futuro próximo.

EXPLICANDO "NO POPULAR":

O IPREV teria que se virar para pagar as aposentadorias e pensões com o pouco dinheiro que tem e o governo assinaria uma confissão de dívida para pagar "no futuro, quando a situação melhorar e se Deus quiser".

O SINDSERV DISSE NÃO:

Imediatamente nos posicionamos contra a proposta e os demais integrantes do Conselho adiaram sua decisão para a próxima reunião por sentirem-se "inseguros". Solicitamos também que o IPREV, na pessoa de seu presidente, comunique ao Sr. Álvaro (Sobrenome) - Secretário de Finanças - para que execute os repasses previstos em Lei, pois desde a fundação do instituto até hoje nunca tivemos problemas dessa ordem e não será agora, que as coisas irão mudar.



SÓ A LUTA MUDA A VIDA

A quem interessa enfraquecer a CAPEP?

Durante a sessão da Câmara dos Vereadores do dia 13/04, o vereador Sérgio Santana (PTB) apresentou um requerimento para que a Prefeitura informe se "existe algum projeto que torne opcional ao funcionário público municipal a contribuição para a CAPEP". Mais adiante, nas entrelinhas, temos uma pista para entender a mando de quem Santana opera: "Em caso negativo, por qual razão não há esta opção, tendo em vista que muitos já possuem **PLANOS DE SAÚDE PARTICULARES?**" (destaque nosso).

PTB, mas pode chamar de Unimed

Apenas no Estado de São Paulo, nas eleições de 2012, segundo o TSE, o seu partido (PTB) recebeu a singela quantia de R\$ 176.700,00 da Unimed (com seus diversos CNPJs).

"Não existe doação em que as empresas, depois, não queiram recuperar o que foi doado", declarou Paulo Roberto Costa (ex-diretor de Abastecimento da Petrobras) durante a CPI que investiga irregularidades na estatal.

Se o ditado popular "Quem paga a banda escolhe a música" explica o Requerimento de Santana nunca poderemos confirmar. Mas tampouco conseguimos imaginar uma outra justificativa plausível para querer atacar gratuitamente o sistema de saúde dos servidores públicos de Santos.

A CAPEP Saúde é uma autarquia financiada pelos trabalhadores (3% do salário) e pela Prefeitura



(3,75% do salário de cada servidor). Se apenas uma pequena parcela dos contribuintes resolver deixar de pagar mensalmente já será o suficiente para que a CAPEP passe por um grande risco de sobrevivência.

Com 104 anos de existência, a CAPEP Saúde é um patrimônio dos servidores. Nossa luta em sua defesa não é de hoje e com a categoria organizada já conseguimos inúmeras vitórias. Não é a toa que defendemos essa entidade, ela é fundamental na vida dos funcionários da Prefeitura de Santos. Por isso, **é preciso fortalecer a CAPEP, são vários os motivos:**

- A CAPEP é uma autarquia com o único e exclusivo objetivo de atender seus associados. **Nos PLANOS PRIVADOS o objetivo é sempre o lucro** e isso explica a dificuldade existente para a autorização de exames e procedimentos;

- A CAPEP **custeia procedimentos de alta complexidade** sempre que for essa a indicação médica. Isso inclui aplicação de medicamentos, exames e tratamentos de alto custo. Os PLANOS PRIVADOS dificilmente cobrem os procedimentos mais caros e, se o fazem, é depois de muita burocracia;

- A CAPEP **não prevê carência**. No dia seguinte de seu ingresso na Prefeitura o servidor já tem direito a utilizar todos os serviços e atendimentos do plano. Os PLANOS PRIVADOS impõem carências e uma série de restrições para pacientes com doenças pré-existentes;

- A CAPEP tem um sistema de **custeio solidário**, por isso, além das mensalidades serem mais baixas, elas não aumentam com o avanço da idade dos seus associados. Os contribuintes têm descontos que variam de acordo com os

salários e a Prefeitura também contribui. Os PLANOS PRIVADOS funcionam com sistema perverso. Não importa quanto tempo os usuários pagaram sem utilizar os serviços. Quanto mais os pacientes envelhecem e precisam do atendimento, mais cresce o valor das mensalidades;

- A CAPEP melhorou bastante nos últimos anos após a adoção de uma **gestão mais transparente** em razão da constante vigilância da categoria junto ao Sindserv. Os PLANOS PRIVADOS são campeões (perdem apenas para empresas de telefonia) em queixas nos órgãos de defesa dos consumidores e nem é preciso dizer que não há transparência alguma.

Em resumo, a CAPEP tem inúmeras deficiências e não deixaremos de denunciá-las, mas superar os desafios é possível, se houver participação dos principais interessados nas

lutas por melhorias e pela manutenção dos benefícios já existentes. Além de cobrar e acompanhar as prestações de contas e audiências públicas na autarquia, os servidores devem participar das mobilizações e atos em defesa da CAPEP Saúde. Foi assim que conseguimos sucesso na Campanha "Fora Mota", expurgamos a empresa E&E, acabamos com os Jetons, conseguimos mais transparência na entidade, entre outros inúmeras lutas que resultaram na melhoria dos serviços.

Mas ainda há muito o que melhorar

Não é porque a CAPEP dá de 10 à 0 nos planos de saúde privados que vamos nos acomodar. Isso porque a CAPEP já têm inúmeros problemas e se não marcarmos em cima a autarquia pode se transformar num grande elefante branco.

E esse é o desejo desses mesmos planos particulares, sucatear nossa autarquia para abocanhar mais uma fatia do mercado (isso mesmo, para eles Saúde é sinônimo de Mercadoria). **Por isso, nossa luta não para, veja algumas de nossas reivindicações:**

-Eleição Direta para a presidência;

-Concurso Público para todos os cargos da entidade;

-Ampliação do atendimento nas cidades vizinhas à Santos;

-Credenciamento de médicos nas especialidades que a CAPEP ainda não dispõe;

-Aumentar número de médicos na rede de atendimento.